

Construtora vai processar autores de ação popular que parou obra no Parque

A Coema S/A — Construções, Engenharia e Montagem vai processar por perdas e danos os 22 signatários da ação popular contra os edifícios Palazzo del Parco e Palazzo del Pitti, junto ao Parque Lage. As obras do primeiro estão suspensas para revisão do processo de licenciamento e as do outro por embargo a partir da ação popular.

A informação foi dada ontem por um dos diretores da empresa, Sr Agostinho Tocoli. Acrescentou que a ação popular pede multa diária de Cr\$ 10 mil pelo atraso na demolição das obras, o que considera fato inédito: "Pela primeira vez, numa ação popular, é exigida indenização em favor dos signatários". Disse ainda que a construtora quer saber quem vai pagar seus prejuízos e dos 190 empregados que teve de despedir.

IDONEIDADE

O Sr Agostino Tocoli afirmou que "no ato da compra dos dois imóveis, em 29 e 30 de novembro do ano passado, a licença da Prefeitura já havia sido expedida desde o dia 1º do mês anterior e com parecer favorável do IPHAN. É necessário que a opinião pública tenha conhecimento deste detalhe, pois a idoneidade da firma está em jogo."

O Palazzo del Parco teve as obras paralisadas, sob vigilância do IPHAN e do IBDF, enquanto o processo de licenciamento para construção é revisto. Para o diretor da Coema a obra é legal, pois está a 6,60 metros dos limites do Parque Lage: "Só existe um parecer do IPHAN de 4 de janeiro de 1976, exigindo um afastamento, da construção contígua ao muro do Parque, de mais de seis metros".

Já o Palazzo del Pitti foi embargado terça-feira pelo Juiz Victor Magalhães Júnior, da 8a. Vara Federal. O Sr Tocoli diz que ele se baseou na ação popular, dirigida ao Palazzo del Parco: "Além do mais, o prédio só tem cinco andares; o tiro atingiu o alvo errado".

PREFEITO

O Sr Marcos Tamoyo afirmou ontem que trataria

do assunto pela última vez com a imprensa. E ditou "com calma":

"As duas obras estão embargadas. Uma por determinação do IPHAN e a outra por força de uma ação popular. Assim, o assunto está encerrado para a Prefeitura, mas no nosso ambiente as duas obras estão legalmente licenciadas. Agora o problema de demolição ou de recursos passa a ser assunto da construtora e dos órgãos federais. Acho que nada mais pode ser esclarecido por parte da Prefeitura".

ESCOLA

A manutenção da Escola de Artes Visuais no Parque Lage será pedida ao Presidente Geisel pelo Conselho Estadual de Cultura, que se baseia no fato de ainda não ter sido informado do que se pretende fazer com a unidade, em vias de ser despejada para dar lugar ao Museu do Índio.

Membros do Conselho estão otimistas quanto à posição do diretor do Jardim Botânico, Osvaldo Bastos de Meneses, pois é favorável à permanência da escola no Parque Lage. Acrescentaram que ele já confirmou o interesse de tratar do assunto com a Secretária Estadual de Educação, Mirtes Wenzel.